

2025, Vol. 15, e110036

<https://doi.org/10.51995/2237-3373.v15i3e110036>

Quem comanda o esporte no Sertão? Um raio-x dos gestores municipais e os desafios da administração esportiva no Ceará pré-pandemia.

Who runs sports in the Sertão? An x-ray of municipal managers and the challenges of sports administration in Ceará before the pandemic.

Quién gestiona el deporte en el Sertão? Una radiografía de los gestores municipales y los desafíos de la gestión deportiva en Ceará ante la pandemia.

Basilio Rommel Almeida Fechine

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil – rommel@ifce.edu.br

Thaylane Bastos Santos Fechine

Rede Cedes - Rede Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Cedes), núcleo Ceará, Brasil – thaybsantos@gmail.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo geral analisar as secretarias municipais de esporte da microrregião do Sertão de Canindé, no estado do Ceará (Brasil), com foco na caracterização do perfil dos gestores, a partir de cinco dimensões administrativas: características sociodemográficas, estrutura organizacional, funções desempenhadas, atividades regulares desenvolvidas e demandas por capacitação profissional. A investigação concentra-se no período de 2017 a 2020, anterior à pandemia da Covid-19, internacionalmente reconhecido como contexto pré-pandêmico. A metodologia adotada teve como base uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário específico, respondido por uma amostra de seis secretários municipais do estado do Ceará. Para a análise descritiva e estatística das variáveis, foram utilizados os softwares Microsoft Office Excel 2020 e SPSS 2020. Os principais resultados apresentaram um perfil sociodemográfico homogêneo, composto exclusivamente por homens, com faixa etária entre 41 e 45 anos, casados e naturais dos próprios municípios. Com ausência significativa de mulheres em cargos de liderança, evidenciando a persistência de padrões de exclusão de gênero. Os gestores são, majoritariamente, indicados por critérios políticos e filiados a partidos, atuando em estruturas operacionais limitadas, com escassez de colaboradores e deficiência nos mecanismos de avaliação, controle e comunicação institucional. Contudo, constata-se uma percepção clara, por parte dos próprios secretários, da necessidade de capacitação técnica, especialmente nas áreas de administração pública e organização de eventos. Compreende-se que, a qualificação contínua da administração esportiva no serviço público mostra-se essencial para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, torna-se fundamental o investimento em pesquisas que analisem o perfil dos gestores e suas práticas em nível regional, a fim de subsidiar o monitoramento, o aprimoramento e a valorização das políticas públicas esportivas, reafirmando o esporte como expressão da cidadania e instrumento de desenvolvimento social, conforme previsto na Carta Magna.

Palavras-chave: Gestão Municipal; Gestão esportiva; Esporte e Lazer; Políticas públicas.

Abstract

The general objective of this study was to analyze the municipal sports departments of the Sertão de Canindé microregion, in the state of Ceará (Brazil), focusing on characterizing the profile of managers based on five administrative dimensions: sociodemographic characteristics, organizational structure, functions performed, regular activities developed, and demands for professional training. The investigation focuses on the period from 2017 to 2020, prior to the Covid-19 pandemic, internationally recognized as a pre-pandemic context. The methodology adopted was based on a quantitative, descriptive, and exploratory approach, using a specific questionnaire as a data collection instrument, answered by a sample of six municipal secretaries from the state of Ceará. For the descriptive and statistical analysis of the variables, the Microsoft Office



Excel 2020 and SPSS 2020 software were used. The main results showed a homogeneous sociodemographic profile, composed exclusively of men, aged between 41 and 45 years, married, and born in the municipalities themselves. There is a significant absence of women in leadership positions, which highlights the persistence of gender exclusion patterns. Managers are mostly appointed based on political criteria and are affiliated with political parties, working in limited operational structures, with a shortage of employees and deficiencies in assessment, control and institutional communication mechanisms. However, there is a clear perception, on the part of the secretaries themselves, of the need for technical training, especially in the areas of public administration and event organization. It is understood that the continuous qualification of sports administration in the public service is essential to comply with the guidelines established by the Federal Constitution of 1988. In this context, it is essential to invest in research that analyzes the profile of managers and their practices at the regional level, in order to support the monitoring, improvement and appreciation of public sports policies, reaffirming sports as an expression of citizenship and an instrument of social development, as provided for in the Constitution.

Keywords: Municipal Management; Sports Management; Sports and Leisure; Public Policies.

Resumén

El objetivo general de este estudio fue analizar los departamentos deportivos municipales de la microrregión del Sertão de Canindé, en el estado de Ceará (Brasil), centrándose en caracterizar el perfil de los gestores con base en cinco dimensiones administrativas: características sociodemográficas, estructura organizativa, funciones desempeñadas, actividades regulares desarrolladas y demandas de formación profesional. La investigación se centra en el período de 2017 a 2020, antes de la pandemia de Covid-19, reconocido internacionalmente como un contexto prepandémico. La metodología adoptada se basó en un enfoque cuantitativo, descriptivo y exploratorio, utilizando un cuestionario específico como instrumento de recolección de datos, respondido por una muestra de seis secretarios municipales del estado de Ceará. Para el análisis descriptivo y estadístico de las variables, se utilizó el software Microsoft Office Excel 2020 y SPSS 2020. Los principales resultados mostraron un perfil sociodemográfico homogéneo, compuesto exclusivamente por hombres, con edades comprendidas entre 41 y 45 años, casados y nacidos en los propios municipios. Existe una ausencia significativa de mujeres en puestos de liderazgo, lo que pone de relieve la persistencia de patrones de exclusión de género. Los gerentes son, en su mayoría, nombrados con base en criterios políticos y están afiliados a partidos políticos, trabajando en estructuras operativas limitadas, con escasez de empleados y deficiencias en los mecanismos de evaluación, control y comunicación institucional. Sin embargo, existe una clara percepción, por parte de los propios secretarios, de la necesidad de capacitación técnica, especialmente en las áreas de administración pública y organización de eventos. Se entiende que la capacitación continua de la administración deportiva en el servicio público es esencial para cumplir con los lineamientos establecidos por la Constitución Federal de 1988. En este contexto, es esencial invertir en investigación que analice el perfil de los gerentes y sus prácticas a nivel regional, con el fin de apoyar el monitoreo, la mejora y la valoración de las políticas públicas deportivas, reafirmando el deporte como expresión de ciudadanía e instrumento de desarrollo social, tal como lo establece la Constitución..

Palabras clave: Gestión Municipal; Gestión deportiva; Deportes y Ocio; Políticas públicas.

Introdução

A estrutura político-administrativa brasileira, conforme delineada pela Constituição Federal de 1988, estabelece que a formulação e implementação de políticas públicas são responsabilidades compartilhadas entre os entes federativos. Essa organização influencia diretamente a forma como as demandas sociais são identificadas, interpretadas e convertidas em ações governamentais. Assim, o sistema político, aliado à lógica executiva das gestões municipal, estadual e federal, desempenha papel estratégico na construção de respostas institucionais frente às necessidades das diversas camadas sociais.

Nesse contexto, as políticas públicas emergem como instrumentos técnico-administrativos que articulam decisões políticas, planejamento estratégico e operacionalização de serviços, com vistas à promoção do bem-estar social. Sua formulação depende de mecanismos institucionais capazes de captar as demandas da população e transformá-las em programas e ações de curto, médio e longo prazos. Entre os órgãos incumbidos dessa tarefa, destacam-se as secretarias e

coordenadorias setoriais, que representam instâncias especializadas no trato com diferentes áreas do serviço público, como Educação, Saúde, Segurança, Economia, Trabalho e Esporte.

A Secretaria de Esporte, em especial, assume papel relevante ao articular políticas voltadas ao desporto e ao lazer, dimensões reconhecidas constitucionalmente como direitos sociais. Como fenômeno social de grande alcance e complexidade, o esporte mobiliza um número expressivo de participantes, recursos financeiros e atenção midiática, sendo frequentemente associado a processos de integração social, identidade cultural e promoção da saúde (Pires, 2005; Mazzei; Rocco júnior, 2017). A relevância do setor é ampliada pela realização de megaeventos esportivos e pela crescente demanda por políticas públicas que garantam o acesso democrático às práticas corporais em suas diversas manifestações — educacional, participativa e de rendimento.

Assim, a atuação das secretarias responsáveis pelo esporte não pode ser dissociada do compromisso constitucional com a promoção do desporto e do lazer como instrumentos de inclusão social e desenvolvimento humano. A articulação entre os marcos legais — como a CF/1988, o Estatuto da Cidade e as Leis Orgânicas Municipais — e a gestão pública efetiva torna-se condição essencial para a elaboração de políticas que atendam aos princípios da equidade, da participação popular e da justiça social.

De acordo com a Seção III, do Capítulo III, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), especificamente no Art. 217, estabelece-se que:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

- I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;
- IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (Brasil, 1988).

A organização político-administrativa brasileira, conforme disposto no Art. 18 da CF/1988, estabelece que:

"A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição" (Brasil, 1988).

A promulgação da CF/1988 representou um avanço significativo no reconhecimento do Esporte e do Lazer como direitos sociais. Tais direitos passaram a ser considerados deveres do Estado, exigindo ações concretas voltadas à sua promoção e à ampliação do acesso da população a esses bens sociais. No entanto, apesar dos avanços legais, a efetivação desses direitos ainda enfrenta diversos desafios, sobretudo no âmbito municipal, instância fundamental para a implementação de políticas públicas.

A autonomia municipal, prevista constitucionalmente, confere aos entes locais a responsabilidade de formular e implementar suas políticas públicas, com base nas diretrizes da Lei Orgânica Municipal (LOM), sempre em consonância com os princípios constitucionais. Araújo (1999, p. 369) ressalta que o direito ao desporto está inserido no capítulo "Da Ordem Social", o qual visa à promoção da dignidade humana. O autor enfatiza que:



"Os direitos sociais objetivam a formação do ser humano integral: agente da sociedade, das relações de trabalho, construtor do mundo moderno e, ao mesmo tempo, um ser relacional, humano, que, desse modo, deve integrar sua vida com o lazer, o convívio familiar e a prática desportiva. Assim, o desporto, quer como forma de lazer, quer como parte da atividade educativa, quer ainda em caráter profissional, foi incorporado ao nosso sistema jurídico no patamar de norma constitucional".

No entanto, a autonomia municipal, embora garantida constitucionalmente, encontra limitações práticas. Segundo Santos (2005), muitos municípios enfrentam contextos políticos hostis, marcados por gestões centralizadas e oligarquizadas, dificultando a consolidação de políticas públicas realmente participativas.

A esse respeito, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) introduz diretrizes fundamentais para a política urbana e enfatiza a gestão democrática da cidade. Conforme o Art. 43:

"Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano" (Brasil, 2001).

Apesar de tais dispositivos legais fomentarem a participação popular e o controle social, sua efetivação ainda esbarra em dificuldades estruturais e políticas nos contextos locais. A ausência de mecanismos consistentes de escuta ativa e de envolvimento da população nos processos decisórios contribui para o enfraquecimento das políticas públicas voltadas ao Esporte e ao Lazer.

Carvalho (2002) complementa essa perspectiva ao defender que os direitos sociais somente se concretizam mediante ações coletivas provenientes de políticas públicas democráticas e participativas. Isso reforça a necessidade de que os municípios não apenas reconheçam o Esporte e o Lazer como direitos sociais, mas que os traduzam em ações planejadas, estruturadas e executadas com ampla participação popular.

Diante do exposto, esta investigação fundamenta-se na análise da efetivação das políticas públicas municipais de Esporte e Lazer à luz das diretrizes constitucionais e legais mencionadas. Parte-se da compreensão de que esses direitos, para serem plenamente garantidos, dependem da construção de ambientes políticos abertos à participação social e de gestões comprometidas com a promoção da cidadania e do bem-estar coletivo.

Este estudo teve como objetivo geral analisar as secretarias municipais de esporte da microrregião do Sertão de Canindé, no estado do Ceará, com foco na caracterização do perfil dos gestores, a partir de cinco dimensões administrativas: características sociodemográficas, estrutura organizacional da gestão, funções desempenhadas, atividades regulares (mensais) desenvolvidas e demandas por capacitação profissional. A investigação concentra-se no período de 2017 a 2020, anterior à pandemia da Covid-19, internacionalmente reconhecido como contexto pré-pandêmico.

Métodos

Para proporcionar integração metodológica, os procedimentos utilizados adotam uma abordagem quanti-qualitativa, com recorte transversal, tendo como base um estudo descritivo e exploratório dos discursos dos gestores. A coleta de dados ocorre por meio de questionários aplicados diretamente aos sujeitos da pesquisa, contendo informações pertinentes sobre sua atuação

gerencial frente à pasta de esporte e lazer dos municípios situados no Sertão de Canindé, estado do Ceará, região Nordeste do Brasil.

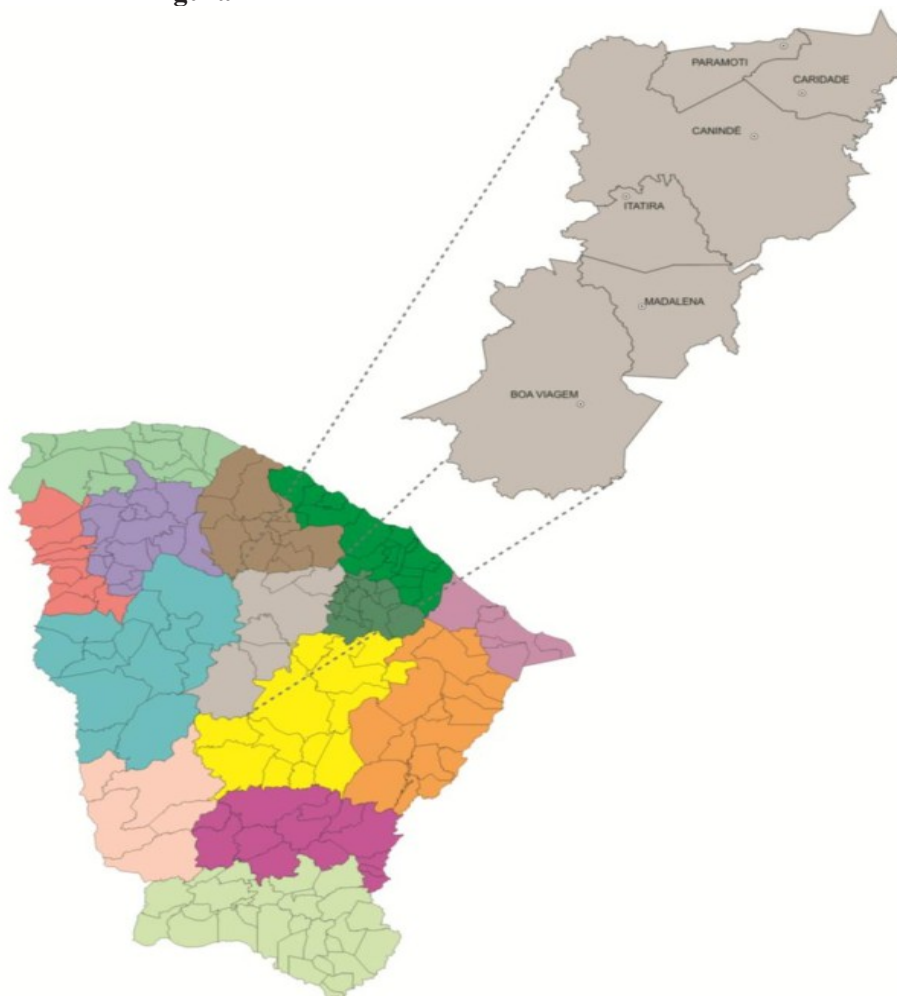
Caracterização da amostra

A categorização amostral, partiu do setor público, respectivamente, de 06 gestores responsáveis gerencialmente pela secretaria de Esporte nas prefeituras municipais no período compreendido de 2017 a 2020. Ambos, consultados por procura e resposta, via consentimento democrático; tendo como parâmetro as regiões de planejamento do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE (IPECE, 2017).

O IPECE é um órgão vinculado ao Governo do Estado do Ceará, responsável por realizar estudos, pesquisas e análises sobre a economia e o desenvolvimento socioeconômico do estado. Subsidiando o governo na formulação de políticas públicas, oferecendo dados estatísticos, indicadores econômicos e análises estratégicas para o planejamento estadual.

As Regiões de Planejamento do Ceará são no total 14: Fortaleza, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Litoral Leste, Baixo Jaguaribe, Sertão de Canindé, Sertão de Quixeramobim, Sertão Central, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Crateús, Cariri, Centro-Sul, Vale do Jaguaribe, Litoral Norte (IPECE, 2017). Dentre elas, destaca-se a região do Sertão de Canindé, que compõe esse recorte geográfico e constitui o objeto exclusivo da presente investigação. Tal delimitação está representada na Figura 1, com o intuito de facilitar a compreensão didática da organização territorial do estado do Ceará.

Figura 1. Estado do Ceará e o Sertão de Canindé



Fonte: (IPECE, 2017).



A região do Sertão de Canindé está situado no coração do estado do Ceará, administrativamente dividida em 06 municípios: Canindé, Caridade, Boa Viagem, Madalena, Paramoti e Itatira. Com uma área territorial total de 9.202,53 km², com população estimada em 204.395 mil habitantes. Com uma densidade demográfica compreendida em 22,27 hab.km² (IPECE, 2017).

Dentre estas as cidades, destaca-se o município de Canindé, por sua relevante importância religiosa e econômica no contexto regional. Reconhecida nacionalmente como um dos principais centros de peregrinação católica do país, abrigando o segundo maior santuário dedicado a São Francisco das Chagas no mundo, recebendo anualmente milhares de romeiros de diversas partes do Brasil. Influenciando economicamente e culturalmente esta região de planejamento (IBGE, 2025), que por sinal leva seu nome.

Coleta de dados e Instrumentos

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário elaborado pela equipe da Rede Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Cedes), núcleo Ceará. Possuindo as seguintes variáveis de análise:

- Aspectos Sociodemográficas;
- Organização da gestão;
- Funções desempenhadas;
- Tarefas/Atividades mensais;
- Capacitação (necessidade).

Coletadas através das seguintes fases investigativas (interdependentes):

- Fase 1 – Envio do questionário via link “google docs divre”, para ser ativado e respondido, por email, a todas as Secretarias Municipais de Esporte do estado do Ceará. Acompanhado de carta de apresentação e objetivos da pesquisa, entretanto, nenhum secretário de esporte respondeu a tal instrumento no formato on-line, nem as secretarias confirmaram o recebimento dos questionários via telefonema, condicionando a construção das fases 2 e 3;
- Fase 2 – Aplicação in loco dos questionários, após consentimento telefônico (novo contato) e marcação de datas para visitas via pesquisadores bolsistas nas Secretarias Municipais de Esporte, nos seguintes municípios: Boa Viagem, Canindé, Itatira, Madalena, Paramoti e Caridade.

Análise os dados

Para a análise interpretativa dos dados, adotou-se a técnica de triangulação de fontes, integrando as informações obtidas a partir do levantamento empírico com a literatura científica pertinente ao tema, devidamente organizadas em quadros expositivos para melhor sistematização. A interpretação dos dados ocorreu por meio de análise exploratória, descritiva e qualitativa, contemplando tanto os conteúdos provenientes dos documentos legais quanto os relatos obtidos junto aos gestores participantes da pesquisa e a revisão de literatura.

A fim de aferir e catalogar as informações oriundas dos sujeitos investigados, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados os documentos públicos previamente definidos e o questionário semiestruturado, já mencionado na metodologia.

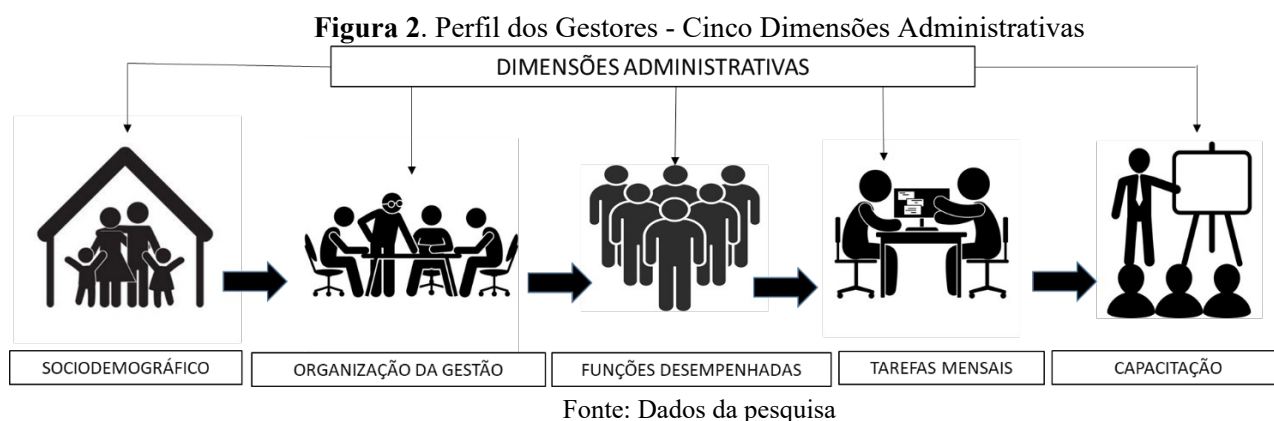
Para o tratamento estatístico das variáveis, os dados foram tabulados por meio do software Microsoft Excel 2020. Na análise descritiva, recorreu-se ao uso de frequência absoluta e relativa, média aritmética e desvio-padrão, com o apoio do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 2020.

Aspectos éticos

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo a explicação completa e detalhada sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, os objetivos, métodos e demais informações consideradas relevantes, autorizando sua participação voluntária. Essa pesquisa respeitou todos os aspectos éticos de abordagens realizadas com seres humanos, de acordo com a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Resultados e Discussão

A apresentação dos resultados será descrita em tópicos, organizados conforme as variáveis analisadas, visando possibilitar uma melhor compreensão dos perfil dos gestores, a partir de cinco dimensões administrativas: Sociodemográfico; Organização da gestão; Funções desempenhadas; Tarefas/Atividades mensais; Capacitação (necessidade). Conforme representada ilustrativamente e com fins didáticos na figura 2.



Características Sociodemográficas

No presente tópico, são apresentadas as características sociodemográficas coletadas junto aos secretários de esportes, permitindo descrever como os aspectos individuais e sociais de cada gestor se relacionam com a temática investigada. Distingue-se um retrato expositivo das seguintes variáveis: Gênero; Idade; Estado Civil; Curso Superior; Pós-graduação; Tempo de Atuação no Cargo; e Naturalidade em relação ao Município. Cada variável investigada desempenha um papel importante na construção do perfil dos participantes, contribuindo para a compreensão e contextualização dos sujeitos que gerenciam o setor do esporte em nível local no Sertão de Canindé. A tabela 1 descreve tais aspectos.

Tabela 1. Dados Sociodemográficos dos Secretários (n = 6)

Variável	Categoria	n	%
Gênero	Masculino	6	100%
	Feminino	0	0%
Idade	20 a 25	0	0%
	26 a 30	1	16,7%
	31 a 40	1	16,7%
	41 a 45	4	66,6%
	46 a 55	0	0%
	56 a 60	0	0%
Estado Civil	Casado	5	83,3%
	Solteiro	1	16,7%
Curso Superior	Sim	4	66,6%
	Não	2	33,3%



Variável	Categoria	n	%
Pós-graduação	Sim	2	33,3%
	Não	4	66,6%
Tempo de Atuação no Cargo	<1 ano	0	0%
	1 a 2 anos	4	66,6%
	3 a 6 anos	1	16,7%
	6 a 8 anos	1	16,7%
Natural do Município	Sim	6	100%
	Não	0	0%

Fonte: dados da pesquisa

Os respectivos dados descritos na tabela 1 permitem apontar importantes características sociodemográficas da pasta municipal de esporte. Em sua maioria, a secretaria apresenta o gênero masculino como condição dominante, demonstrando ausência total de representatividade feminina nas funções. Esse dado reforça discussões sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ocupar posições de poder na esfera pública, especialmente em áreas historicamente marcadas por uma predominância masculina, como o esporte (Fechine et al., 2021; Fechine; Fechine; Júnior, 2022; Fechine et al., 2023; Fechine et al., 2024).

A variável idade indica que a maioria dos secretários se situa etariamente entre 41 e 45 anos (66,7%), enquanto as demais faixas etárias (26 a 30 anos e 31 a 40 anos) contam com apenas um representante cada (16,7%). A prevalência de profissionais localizados na meia-idade sugere que o tempo de experiência, as redes de contatos e a trajetória política desempenham papel relevante na escolha para os cargos de gestão.

Quanto ao estado civil, observa-se que a maior parte dos secretários é casada (83,3%), corroborando com os resultados de outros estudos como de Costa; Sarmiento (2012); e Nery; Capinussú (2012) que apontam a predominância do estado civil casado nos postos-chaves da administração esportiva nacional.

Tal corroboração, pode estar relacionado a percepções de estabilidade pessoal e social, características frequentemente valorizadas em processos de nomeação para cargos públicos. Trata-se de uma condição enviesada no senso comum das sociedades e reproduzida de geração em geração. Ressalta-se que o estado civil não determina a capacidade de gestão; contudo, em sociedades de cunho conservador, ele frequentemente integra o conjunto de hábitos e atributos considerados relevantes no contexto político e administrativo, atribuindo juízo de valor em contraposição à competência técnica.

A formação educacional investigada, indica quatro secretários com curso superior (66,7% – Pedagogia (2), Administração e Biologia) e dois com pós-graduação (33,3% – Artes e Saúde Pública). Tais dados levantam reflexões sobre a qualificação técnica no setor público esportivo, uma vez que a ocupação de cargos por indicação política nem sempre vem acompanhada da formação específica necessária para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

O tempo de atuação aponta para secretários com menos de dois anos (66,7%) na sua maioria, com apenas um secretário localizado nas faixas de 3 a 6 anos e 6 a 8 anos (16,7% cada). Essa alta rotatividade sugere uma associação com as mudanças políticas locais e com a dinâmica das nomeações, que frequentemente priorizam vínculos partidários em detrimento da continuidade administrativa, reforçando uma política de governo (pontual) em oposição à de Estado (natureza permanente e estratégica), está última, fundamentada em consensos mais amplos e projetadas para perdurar independentemente das alternâncias no poder executivo.

Por fim, todos os secretários são naturais do município onde atuam (100%), o que pode ser interpretado como uma estratégia de fortalecimento do vínculo com a comunidade e de legitimação das escolhas políticas locais. Esse aspecto reforça a importância das redes sociais e das relações comunitárias no processo de ocupação de cargos públicos.

Karnas (2013), ao analisar o perfil dos gestores esportivos nos municípios do Rio Grande do Sul, acentuou resultados que corroboram os dados da presente pesquisa nos aspectos: gênero e tempo de atuação. De modo complementar, Barros Filho et al. (2013), por meio de um estudo de

revisão de literatura identificaram também, no contexto da gestão pública esportiva, o predomínio do gênero masculino e a baixa experiência no cargo como características recorrentes desses profissionais.

Corroborando esses achados, Graminho et al. (2024) e Saloti; Saloti; Medeiros (2024) em uma revisão de literatura sobre o perfil do gestor esportivo brasileiro entre 2012 e 2022, identificaram a permanência de um padrão consolidado, com predominância do gênero masculino, entre 30 e 50 anos, casados e com formação superior. Reforçando a concentração de cargos de gestão em perfis específicos e a persistência de desigualdades de gênero em espaços de decisão administrativa.

O tópico a seguir se aprofundará sobre os aspectos relativos a estrutura organizacional aprofundando a análise sobre a estrutura administrativa, política e operacional da gestão esportiva no Sertão de Canindé.

Estrutura organizacional da secretaria

Neste tópico, são descritas as informações referentes à estruturação das secretarias e às condições institucionais de organização da gestão. Esses dados são fundamentais para apontar a eficácia da política pública de esportes, a autonomia da pasta, os desafios enfrentados na gestão e a natureza do cargo ocupado, considerando as seguintes variáveis: Ações da Secretaria; Cargo exercido na gestão; Ocupação do cargo; Filiação partidária; e Exercício de outro cargo além da gestão.

Essas variáveis em conjunto, oferecem uma visão ampla da estrutura administrativa, política e operacional da gestão esportiva municipal, permitindo compreender como diferentes formas de organização impactam a implementação das políticas públicas de esporte, a eficiência da gestão e o atendimento das demandas da população (tabela 2).

Tabela 2. Secretários e organização da gestão (n = 6)

Variável	Categoria	n	%
Município possui secretaria específica	Sim	5	83,3%
	Não	1	16,7%
Ações da Secretaria	Esporte-Educação	3	50%
	Esporte-Participação/Lazer	6	100%
	Rendimento	1	16,7%
Cargo exercido na gestão	Secretário	6	100%
	Coordenador	0	0%
Ocupação do cargo	Eleição	0	0%
	Indicação comunidade	0	0%
	Indicação política	6	100%
Filiação partidária	Sim	5	83,3%
	Não	1	16,7%
Exerce algum cargo além da gestão	Sim	4	66,6%
	Não	2	33,3%

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre a organicidade da secretaria, a tabela 2 esclarece aspectos relevantes da estrutura organizacional das secretarias e dos perfis de gestão. Os dados indicam que cinco dos seis municípios analisados possuem secretaria específica para o esporte (83,3%), enquanto um não dispõe dessa estrutura (16,7%). Presume-se, com esse fato, que a existência de uma secretaria própria representa o reconhecimento do esporte como política pública relevante para a localidade, com potencial para promover inclusão social, saúde e cidadania. Por outro lado, a ausência dessa estrutura administrativa sinaliza uma desigualdade no nível de institucionalização das políticas



locais, o que pode impactar diretamente na oferta e na qualidade das ações implementadas no município.

Quanto às ações desenvolvidas, destaca-se que todas as secretarias promovem atividades de esporte de participação e lazer (100%), três incluem ações relacionadas ao esporte educacional (50%) e apenas uma atua no esporte de rendimento (16,7%). Esse padrão se mostra coerente com a literatura, que aponta o lazer e o esporte participativo como prioridades nas políticas públicas municipais no estado cearense (Fechine et al., 2021).

No tocante ao cargo exercido, todos os entrevistados ocupam o posto de secretário (100%), sendo relevante observar que todos são indicados por razões políticas (100%), sem registro de eleição direta interna ou indicação comunitária. Esse dado sinaliza o caráter político das nomeações e aponta as indicações como possíveis mecanismos de acomodação de interesses partidários e de negociações locais. Sugere-se que essa prática, embora comum em todo o país, pode comprometer a tecnicidade e a continuidade das políticas públicas, especialmente quando os ocupantes dos cargos possuem curta permanência ou baixa qualificação específica.

Além disso, observa-se que a maioria dos secretários possui filiação partidária ($n = 5$; 83,3%), com os seguintes partidos apontados: PSD ($n = 2$; 40%), PT ($n = 1$; 20%), PSDB ($n = 1$; 20%) e PDT ($n = 1$; 20%). Esses dados reforçam a ideia de que a gestão esportiva municipal é influenciada pelas dinâmicas políticas locais.

Embora a presença de agentes politicamente alinhados possa facilitar o trânsito institucional, ela também pode gerar riscos de descontinuidade e partidização das políticas públicas. Isso porque estratégias que deveriam ser de longo prazo e voltadas para o município podem se tornar ações pontuais de partido, sujeitas às ideologias da agremiação política em questão.

Outro aspecto relevante é que quatro dos seis secretários (66,7%) exercem simultaneamente outras funções além do cargo secretário de esporte, evidenciando que a atuação como gestor esportivo não constitui a única ocupação profissional desses indivíduos, sendo comum o exercício de outra atividade, inclusive fora do serviço público.

Essa acumulação de funções, para além do serviço público, reflete a realidade de municípios de pequeno porte, nos quais os secretários necessitam complementar a renda. Além disso, pode indicar a ausência de dedicação exclusiva a um setor já fragilizado e com escassez de recursos. Vale destacar que essa prática não se restringe aos pequenos municípios.

Em contraposição a complementação de renda, grandes metrópoles brasileiras também revelam casos de acúmulo de funções, especialmente quando empresários conciliam atividades privadas com cargos públicos. A ressalva que se faz diz respeito aos casos em que os interesses do setor público são subordinados aos interesses particulares desses gestores, acarretando conflitos éticos e prejuízos à comunidade.

Funções desempenhadas na secretaria de esporte

Serão apresentados neste tópico, os dados referentes às funções desempenhadas pelos gestores e sua relação com as atividades laborais administrativas e políticas realizadas no exercício da gestão do poder municipal. Tendo as seguintes variáveis como pontos de delimitação: Funções exercidas pelo secretário; Equipe de colaboradores da secretaria; Meios de comunicação utilizados; Tomada de decisão; e Área de maior dedicação no cargo.

Esses dados estratificados comportam a compreensão frente a organização do trabalho, as prioridades, o relacionamento funcional com a equipe e com a comunidade, bem como a condução das ações da secretaria (tabela 3).

Tabela 3. Secretários – funções desempenhadas pelo gestor (n = 6)

Variável	Categoria	n	%
Funções exercidas	Planejamento	3	50,0%
	Organização	4	66,7%
	Coordenação e direção	3	50,0%
	Controle e avaliação	1	16,7%
Equipe da secretaria	1 colaborador	0	0,0%
	2 a 5 colaboradores	3	50,0%
	6 a 10 colaboradores	3	50,0%
	11 a 20 colaboradores	0	0,0%
	>20 colaboradores	0	0,0%
Meios de comunicação utilizados	Telefone	6	100,0%
	Celular	6	100,0%
	Internet (email)	4	66,7%
	Internet (outras ferramentas)	6	100,0%
	Cartas/ofícios	1	16,7%
	Imprensa	0	0,0%
	Comunicação pessoal	0	0,0%
	Facebook/instagram	2	33,3%
	WhatsApp	1	16,7%
	Rádio	1	16,7%
Tomada de decisão	Autônoma	1	16,7%
	Dependente de gestão maior	2	33,3%
	Dependente de colegiado de colaboradores	3	50,0%
	Dependente da comunidade	0	0,0%
Área de maior dedicação	Administração	3	50,0%
	Gestão de eventos	5	83,3%
	Gestão financeira	1	16,7%
	Gestão de instalações desportivas	0	0,0%
	Gestão de projetos	1	16,7%

Fonte: Dados da pesquisa

A estratificação da tabela 3, relacionada às funções desempenhadas pelos secretários municipais, revela um perfil multifacetado e uma sobreposição de papéis que evidenciam os desafios da gestão pública em pequenas e médias administrações. A predominância das funções de organização (66,7%), planejamento (50,0%) e coordenação/direção (50,0%) indica que os secretários acumulam responsabilidades típicas de gestores estratégicos e operacionais. Esse cenário está alinhado com a literatura, que aponta a necessidade de gestores públicos assumirem múltiplos papéis para garantir a eficiência administrativa — ora em razão do número reduzido de colaboradores, ora pela falta de articulação estratégica entre as secretarias (Fechine et al., 2021).

A baixa incidência de controle e avaliação (16,7%) sugere uma lacuna relevante, considerando que essas funções são essenciais para o monitoramento de resultados e permitem diagnósticos e prognósticos do setor e das reais necessidades das comunidades.

Presume-se que essa acumulação de funções — organização, planejamento, coordenação/direção, controle e avaliação — indica uma possível sobrecarga de trabalho,



comprometendo as atividades administrativas e, em alguns casos, dificultando a efetiva execução das políticas públicas (Fechine et al., 2021). Por outro lado, essa realidade também reflete o contexto típico de municípios de pequeno porte, onde a escassez de recursos humanos exige que os gestores assumam múltiplas atribuições de forma simultânea.

No que tange à composição das equipes, observa-se uma divisão equilibrada entre secretarias com 2 a 5 colaboradores (50,0%) e 6 a 10 colaboradores (50,0%), o que impacta diretamente a capacidade de execução das atividades propostas. Equipes reduzidas tendem a limitar a implementação de políticas públicas mais complexas, exigindo maior envolvimento direto do gestor, o que reforça o acúmulo de funções percebido anteriormente.

Quando muitos destes administradores, além de acumular funções dentro da secretaria, possuem outros empregos para complementação de renda ou atividades empresariais, indica-se uma possível precarização do setor e uma não dedicação exclusiva ao serviço público.

Os canais de comunicação investigados indicam ampla utilização de telefone, celular e internet (100%), evidenciando uma gestão alinhada às ferramentas digitais, mas com uso limitado de mídias sociais, como Facebook/instagram (33,3%) e WhatsApp (16,7%). Esse dado aponta oportunidades de ampliar a comunicação institucional com a comunidade, favorecendo práticas de transparência e participação social. A ausência de comunicação por imprensa (0%) revela um subaproveitamento de canais que podem reforçar o vínculo com a sociedade local — sobretudo o rádio, mecanismo tradicionalmente utilizado em muitos municípios do interior cearense.

Quanto à tomada de decisão, observa-se uma predominância de decisões dependentes de colegiado de colaboradores (50,0%) e da gestão maior (33,3%), enquanto a autonomia plena ocorre em apenas 16,7% dos casos. Esse dado reflete a importância das estruturas hierárquicas e colegiadas na administração pública, mas também sugere desafios para a agilidade decisória. O fator discricionário permanece em segundo plano frente à coletividade.

Por fim, no que se refere à área de maior concentração de tempo, a gestão de eventos (83,3%) se destaca como foco principal, em detrimento de atividades como gestão financeira (16,7%) e gestão de projetos (16,7%), sugerindo uma orientação mais voltada à promoção de ações visíveis à população, porém, menos direcionada ao planejamento estratégico e à sustentabilidade financeira — aspectos essenciais para políticas públicas de longo prazo.

Em suma, os dados da tabela 3 revelam uma gestão municipal caracterizada por múltiplas funções acumuladas, equipes enxutas, comunicação concentrada em canais digitais tradicionais e um modelo decisório predominantemente colegiado. Essa configuração, embora responda às demandas operacionais, exige avanços em planejamento estratégico, avaliação de resultados e ampliação da comunicação social.

Valente (2011) aponta que as principais atribuições do gestor esportivo envolvem atividades de planejamento, organização, controle e execução operacional, evidenciando a necessidade de competências gerenciais específicas. Diversas pesquisas sobre o perfil desses profissionais corroboram variáveis semelhantes às identificadas pelos gestores atuantes na microrregião do Sertão de Canindé. Tais estudos como de Joaquim, Batista; Carvalho (2011) e Cárdenas; Feuerschütte (2014) indicam que as competências e funções mais valorizadas no desempenho da gestão esportiva incluem o planejamento estratégico, a gestão de recursos, a liderança, o marketing institucional, o controle de processos e a coordenação de equipes.

Na mesma perspectiva, Karnas (2013) observa que, além de ocuparem cargos como secretários, coordenadores ou diretores, esses profissionais também desempenham funções relacionadas ao planejamento, à coordenação, à direção e à organização de atividades esportivas, o que corrobora os achados do presente estudo sobre a atuação dos gestores esportivos no Sertão de Canindé.

O presente tema em questão e os dados encontrados, possibilitaram uma análise mais aprofundada sobre as funções desempenhadas e suas relações com as porventuras tarefas operacionais realizadas mensalmente no setor. No tópico a seguir apresentar-se-á uma visão mais detalhada da pasta.

Tarefas desempenhadas de forma recorrente no exercício do cargo

Neste tópico, estão descritos os dados sobre as atividades mensais realizadas pelos secretários de esporte, com o objetivo de identificar e compreender as tarefas desempenhadas de forma recorrente no exercício da função pública. As variáveis analisadas incluem: Administração; Eventos Desportivos; Gestão Financeira; Gestão de Instalações Desportivas; Gestão de Projetos; Recursos Humanos; Recursos Materiais; Marketing; Área Pedagógica; e Turismo Desportivo.

Esses dados descrevem a rotina de trabalho do gestor, evidenciam o foco de sua atuação, a diversidade de frentes gerenciais que ele precisa atender e a complexidade envolvida na administração do esporte em âmbito municipal. As informações estão organizadas em duas tabelas (4 e 5), com o intuito de facilitar a compreensão do tema em questão.

Tabela 4. Atividades mensais realizadas pelo gestor – Parte 1 (n = 6)

Variável	Categoria	n	%
Administração	Atendimento ao público	4	66,7%
	Legislação	0	0,0%
	Negociações	1	16,7%
	Pagamentos	0	0,0%
	Redação de documentos formais	2	33,3%
	Não exerço atividades	2	33,3%
Eventos Desportivos	Planejamento	4	66,7%
	Execução	3	50,0%
	Controle	1	16,7%
	Avaliação	0	0,0%
	Captação de recursos financeiros	1	16,7%
	Não exerço atividade	0	0,0%
Gestão Financeira	Análise de preços	0	0,0%
	Controle de gestão financeira	1	16,7%
	Elaboração da previsão orçamentária	2	33,3%
	Prestação de contas	1	16,7%
	Não exerço atividade	3	50,0%
Gestão de Instalações Desportivas	Supervisão das instalações existentes	3	50,0%
	Elaboração/criação de novas instalações	1	16,7%
	Supervisão/criação de normas e regulamentos	1	16,7%
	Visita das instalações existentes	2	33,3%
	Não exerço atividade	0	0,0%
Gestão de Projetos	Planejamento	4	66,7%
	Execução	1	16,7%
	Controle	0	0,0%
	Avaliação	1	16,7%
	Captação de recursos financeiros	2	33,3%
	Não exerço atividade	0	0,0%

Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo a tabela 4, a descrição das atividades desempenhadas pelos secretários revela um perfil multifuncional, o que reflete a complexidade e a diversidade das demandas administrativas e operacionais nas secretarias de esporte dos municípios de Canindé. Esse tema se relaciona diretamente com o tópico anterior, no qual se analisou as funções exercidas pelos gestores à frente da pasta, evidenciando a sobreposição de papéis e a amplitude das responsabilidades assumidas no contexto da gestão esportiva municipal.

Os dados indicam que os secretários não se restringem a funções burocráticas, mas participam ativamente de processos que envolvem planejamento, execução e avaliação de ações em diferentes áreas.



Na dimensão Administração, destaca-se o atendimento ao público (66,7%), seguido pela redação de documentos formais (33,3%), o que evidencia a importância do contato direto com a comunidade e do registro formal das atividades.

Nos Eventos Desportivos, o planejamento (66,7%) e a execução (50%) lideram, reafirmando, por meio dos números, que a organização de eventos constitui uma das principais demandas das secretarias, alinhando-se ao papel do esporte como ferramenta de integração social.

Na área de Gestão Financeira, observa-se uma concentração na elaboração da previsão orçamentária (33,3%), enquanto atividades como análise de preços (0%) e prestação de contas (16,7%) apresentam baixa incidência. Esses dados sugerem uma possível fragilidade na formação ou nas atribuições relacionadas ao controle financeiro, aspecto essencial para a sustentabilidade dos projetos públicos e para a saúde orçamentária do setor.

A Gestão de Instalações Desportivas indica maior envolvimento com a supervisão das instalações existentes (50%), enquanto a criação de novas instalações ocorre de forma reduzida (16,7%), o que pode refletir limitações orçamentárias ou estruturais enfrentadas pelos municípios.

Em Gestão de Projetos, o planejamento novamente se apresenta como central (66,7%), enquanto o controle (0%) e a execução (16,7%) se mostram menos expressivos, o que sinaliza uma tendência à concentração de esforços nas fases iniciais dos projetos, sem a devida continuidade nas etapas subsequentes. Esses dados podem indicar uma ausência de avaliação formativa sobre as próprias ações, especialmente no que diz respeito à identificação de fragilidades e potencialidades.

Cárdenas et al. (2017) sinaliza que o acúmulo de funções (planejamento, coordenação, controle, avaliação, execução); o relacionamento com pessoas; e a captação de recursos (humanos e financeiros) para a organização, como algumas das variáveis indicadas a desafiar a atuação dos gestores esportivos para uma administração eficaz, o que de certa forma acompanha o raciocínio científico encontrado neste estudo no sertão de Canidé.

A tabela 5, apresentada a seguir, permite compreender com maior profundidade como o secretário de esporte organiza sua agenda de trabalho, quais áreas demandam mais atenção e esforço, e de que forma ele equilibra as dimensões técnicas de recursos materiais, administrativas de recursos humanos, pedagógicas e promocionais turísticas logísticas do cargo. A análise dessas atividades mensais se mostra fundamental para avaliar a efetividade da gestão, a coerência das ações com as demandas locais e a capacidade de planejamento estratégico do gestor público.

Tabela 5. Atividades mensais realizadas pelo gestor – Parte 2 (n = 6)

Variável	Categoria	n	%
Recursos Humanos	Supervisão da equipe	2	33,3%
	Coordenação de equipe	3	50,0%
	Seleção de recursos humanos	0	0,0%
	Reuniões com a equipe	3	50,0%
	Capacitação da equipe	0	0,0%
	Motivação da equipe	1	16,7%
	Não exerço atividade	0	0,0%
Recursos Materiais	Aquisição de materiais	1	16,7%
	Supervisão de materiais	1	16,7%
	Manutenção de materiais	2	33,3%
	Não exerço atividades	3	50,0%
Marketing	Relacionamento com órgãos de imprensa	2	33,3%
	Ações de divulgação do desporto	4	66,7%
	Representação política	1	16,7%
	Representação em eventos desportivos	1	16,7%
	Relacionamento com outras secretarias	1	16,7%
	Relacionamento com a comunidade	1	16,7%
	Não exerço atividade	0	0,0%
Área Pedagógica	Planejamento pedagógico/atividades desportivas	3	50,0%
	Supervisão pedagógica/atividades desportivas	0	0,0%

	Coordenação pedagógica/atividades desportivas	0	0,0%
	Realização de aulas desportivas	1	16,7%
	Assistência técnica às organizações desportivas	0	0,0%
	Definição de horários das atividades desportivas	2	33,3%
	Não exerço atividade	2	33,3%
Turismo Desportivo	Captação de eventos desportivos	1	16,7%
	Prospecção de delegações para hospedagem	0	0,0%
	Apoio para desportos de aventura	0	0,0%
	Elaboração de calendário de eventos	6	100,0%
	Apoio a federações/confederações	0	0,0%
	Não exerço atividade	0	0,0%

Fonte: Dados Pesquisa

Conforme a tabela 5, as atividades relacionadas aos Recursos Humanos e Recursos Materiais também evidenciam padrões relevantes: enquanto a coordenação de equipe (50%) e a realização de reuniões (50%) se destacam, não se registram ações voltadas à capacitação da equipe (0%), o que indica a necessidade de investimentos em qualificação e formação continuada dos profissionais.

O setor de Marketing demonstra uma preocupação com a divulgação da agenda do esporte e da secretaria no município (66,7%), porém apresenta baixa participação em atividades de representação política (16,7%) e no relacionamento com outras secretarias (16,7%). Presume-se que essa limitação pode comprometer a visibilidade das ações esportivas e sua integração à agenda pública municipal.

Nas áreas de Atuação Pedagógica e Turismo Desportivo, observa-se que 100% dos secretários se envolvem na elaboração do calendário de eventos, reforçando o papel estratégico da programação esportiva. No entanto, atividades pedagógicas específicas, como supervisão (0%) e coordenação (0%), permanecem ausentes, o que sugere que esta dimensão ocupa um lugar secundário nas práticas cotidianas das secretarias.

Tais dados apresentam um possível panorama de gestores municipais que acumulam múltiplas funções, frequentemente sem formação específica ou suporte técnico adequado. Além disso, evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que valorizem não apenas o esporte como evento, mas também sua dimensão educativa e formativa, alinhada a uma visão mais ampla de desenvolvimento social. Tal cenário destaca a importância da qualificação e da formação continuada desses profissionais, tema que será aprofundado no próximo tópico, intitulado “Capacitação”.

Capacitação

Os dados apresentados neste tópico sobre a necessidade de capacitação ou cursos indicados por gestores municipais de esporte relacionam-se intrinsecamente com os tópicos anteriores (organização da gestão, funções desempenhadas e tarefas mensais), descrevendo áreas correlatas nas quais os secretários municipais apontam maior demanda por qualificação técnica, atualização profissional e desenvolvimento de competências específicas para o exercício mais eficiente de suas funções.

Tais elementos são fundamentais para diagnosticar lacunas na formação dos gestores e orientar políticas de formação continuada que contribuam para o aprimoramento da gestão esportiva pública. As variáveis em questão são: Administração; Gestão de eventos desportivos; Gestão financeira; Gestão de instalações desportivas; Gestão de projetos; Gestão de recursos humanos; Gestão de recursos materiais; Marketing; Área pedagógica; e Turismo desportivo (tabela 6).

**Tabela 6.** Capacitação indicada pelos gestores (necessário)

Áreas para capacitação	n	%
Administração	3	50,0%
Gestão de eventos desportivos	2	33,3%
Gestão financeira	1	16,7%
Gestão de instalações desportivas	1	16,7%
Gestão de projetos	1	16,7%
Gestão de recursos humanos	1	16,7%
Gestão de recursos materiais	1	16,7%
Marketing	1	16,7%
Pedagógica	1	16,7%
Turismo desportivo	1	16,7%

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados conjecturados da tabela 6, aprofundam a compreensão sobre a necessidade de capacitação apontada pelos gestores municipais de esporte para o aprimoramento de suas funções. Apontando lacunas significativas na formação atual, e sinalizando para múltiplas áreas com necessidade de qualificação futuras. Com demanda maior, nas áreas de administração (50%), seguida por gestão de eventos desportivos (33,3%).

Tal cenário, reforça a centralidade das competências administrativas e organizacionais na gestão esportiva local. Ainda que em menor proporção, áreas como gestão financeira, instalações desportivas, projetos, recursos humanos, recursos materiais, marketing, área pedagógica e turismo desportivo também aparecem representadas (16,7%).

Os dados em sua totalidade, revelam que os secretários enfrentam desafios que vão além da organização de eventos, abrangendo desde o planejamento pedagógico até a captação de recursos e a articulação com a comunidade. A multiplicidade dessas demandas exige profissionais polivalentes, com formação que contemple aspectos técnicos, administrativos, pedagógicos e comunicacionais.

A baixa indicação de áreas como marketing, pedagogia e turismo desportivo como prioritárias para capacitação pode apontar uma subvalorização estratégica dessas dimensões, mesmo com seu reconhecido potencial para o fortalecimento do esporte comunitário e o aumento da visibilidade social das ações esportivas. Tal constatação sugere a necessidade de programas de formação continuada que abordem essas áreas de forma integrada, promovendo uma visão mais ampla e estratégica da gestão esportiva.

Além disso, os dados evidenciam um padrão regional que se alinha à realidade brasileira, onde muitos gestores municipais do esporte ocupam cargos de confiança, sem formação específica na área (Fechine et al., 2021). Essa realidade reforça a importância de investimentos em capacitação técnica e educação continuada como estratégias fundamentais para qualificar a atuação dos gestores e elevar a efetividade das políticas públicas no setor.

Em síntese, a análise demonstra que os secretários reconhecem tanto as demandas centrais (como administração e eventos) quanto outras menos visíveis (como marketing, pedagogia e turismo desportivo), o que evidencia uma oportunidade concreta de fortalecimento da gestão esportiva municipal por meio de programas formativos que contemplem todas essas dimensões. Tal entendimento também confirma que os gestores reconhecem a complexidade de suas atribuições e buscam qualificação para atender, de forma mais eficiente e técnica, às exigências do cargo.

Reflete-se, portanto, que investir na formação contínua desses profissionais representa uma estratégia promissora para ampliar o alcance e a efetividade das políticas públicas voltadas ao esporte.

Conclusões e recomendações

Este estudo teve como objetivo central analisar as secretarias municipais de esporte pertencentes à microrregião do Sertão de Canindé, no estado do Ceará, considerando cinco eixos investigativos: perfil sociodemográfico dos gestores, estrutura organizacional da gestão, funções desempenhadas, atividades regulares desenvolvidas e demandas por capacitação profissional. A aplicação de um instrumento estruturado e o consequente tratamento estatístico dos dados possibilitaram uma análise descritiva da realidade local, apontando para um cenário de consolidação ainda incipiente das políticas públicas de esporte em nível municipal, marcado por avanços pontuais e desafios estruturais persistentes. A figura 3 estabelece uma síntese ilustrativa dos principais resultados relacionais ao perfil do gestores nas cinco dimensões administrativas.

Figura 3. Resultado - Perfil dos Gestores - Cinco Dimensões Administrativas



Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados demonstraram um perfil sociodemográfico homogêneo entre os gestores, composto exclusivamente por homens, na faixa etária entre 41 e 45 anos, casados e naturais dos próprios municípios. Tal configuração revela uma gestão influenciada por redes locais e práticas políticas regionais historicamente enraizadas, com ausência significativa de mulheres em cargos de liderança, o que evidencia a manutenção de padrões de exclusão de gênero nas estruturas públicas esportivas.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à fragilidade institucional das secretarias de esporte e à forte partidarização dos cargos. A totalidade dos gestores foi indicada por critérios políticos, sendo a maioria filiada a partidos. Além disso, observou-se uma estrutura operacional precária, com escassez de pessoal de apoio (entre dois a dez colaboradores por secretaria), o que resulta em acúmulo de funções por parte dos secretários, abrangendo desde o planejamento até a execução direta das atividades.

Destacou-se ainda a deficiência nos mecanismos de avaliação, controle e comunicação institucional, elementos essenciais à eficácia das políticas públicas. A utilização de ferramentas modernas de comunicação se mostrou restrita, limitando-se ao telefone e à internet, com subutilização de meios de maior alcance regional, como o rádio, especialmente relevante em contextos interioranos. Essa limitação compromete a transparência, o engajamento comunitário e a visibilidade das ações públicas.



No que se refere à qualificação dos gestores, observou-se uma percepção clara, por parte dos próprios secretários, da necessidade de capacitação técnica, especialmente nas áreas de administração pública e organização de eventos. Esse reconhecimento sinaliza um ponto de partida fundamental para a formulação de políticas de formação continuada que contribuam para a profissionalização da gestão esportiva nos municípios.

Apesar dessas fragilidades, a pesquisa não encontrou limitações impeditivas à coleta de dados, embora tenha enfrentado obstáculos iniciais no contato com os gestores, superados por meio de visitas presenciais. Essa experiência reforça a necessidade de maior sensibilização e engajamento por parte dos agentes públicos quanto à importância da pesquisa científica para o aprimoramento da gestão e das políticas públicas. A ausência de uma cultura de monitoramento e avaliação sistemática ainda constitui um desafio considerável à consolidação de uma gestão esportiva eficaz e alinhada aos princípios democráticos e participativos previstos na Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, esta pesquisa forneceu um diagnóstico abrangente e crítico sobre a gestão pública esportiva no Sertão de Canindé, permitindo identificar tanto os entraves quanto as potencialidades existentes. Conclui-se que o fortalecimento da gestão esportiva municipal requer investimento contínuo em capacitação técnica, institucionalização das estruturas administrativas, promoção da equidade de gênero e incentivo à participação social nos processos decisórios. A construção de políticas públicas eficazes e sustentáveis em esporte e lazer depende, sobretudo, da valorização de uma gestão qualificada, democrática e comprometida com os princípios da justiça social.

Por fim, os achados deste estudo oferecem subsídios para futuras investigações, com destaque para temas sensíveis e relevantes à sociedade brasileira, como a inserção das mulheres na gestão pública esportiva e o impacto da formação continuada na qualidade da administração municipal. Tais enfoques revelam-se férteis para a produção científica e para o desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam o esporte enquanto direito social e componente estruturante da cidadania.

Referências

- Araújo, L. A. D.; Nunes Jr., V. S. (1999). Curso de Direito Constitucional. 3ª ed. São Paulo: Saraiva.
- Barros Filho, M. A.; Pedroso, C. A. M. Q.; Fatta, G. L. C. L.; Lima, W. H. G. A., Silva, T. C. A. (2013). Perfil do gestor esportivo brasileiro: uma revisão de literatura. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*. v. 3, Suplemento 1, ISSN 2237-3373.
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- Brasil (2001). Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2025.
- Cardenas, A.R.; Feuerschutte, S. G. (2014). *Revista Intercontinental. Gestão. Desporto*, Rio de Janeiro, 4 (2): 271-283, dez.
- Cardenas, A. R.; Feuerschutte, S. G.; Wernke, P. R.; Pimenta, R. A. (2017). *Revista Intercontinental. Gestão. Desporto*, Rio de Janeiro, 7 (1): 77-89, jan./abr.
- Carvalho, A. (org.). (2002). Políticas públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Costa, C.; Sarmiento, J. (2012). Caracterização do perfil sócio-funcional de presidentes de Federações como gestores esportivos no estado do Pará. *Revista Mineira de Educação Física, Edição Especial* (1), 1563- 1574
- Fechine, B. R. A.; Fechine, T. B. S; abreu, S. M. B; Brito, A. C; S, Márcia de Paula. (2021) Caracterização funcional dos secretários de esporte do Ceará: análise sociodemográfica e organizacional das ações municipais voltadas ao esporte e ao lazer. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 11, e110023.
- Fechine, B. R. A; Fechine, T. B. S; Brito, A. C; Sousa Junior, A.U. (2024) Democracia participativa e esporte-lazer: análise da participação popular na cidade de Fortaleza-Ceará-Brasil nas políticas públicas desportivas no período de 2018 a 2020. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 14, n. 3, e110091.

- Fechine, B. R. A.; Fechine, T. B. S.; Brito, A. C.; Sousa Junior, A.U. (2023). Areninhas e Rede Cuca: análise da participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer na cidade de Fortaleza/Ceará-Brasil. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 13, 2023, e110064.
- Fechine, B. R. A.; Fechine, T. B. S.; Sousa Junior, A.U. (2022). Equipamentos esportivos e a cidade de Fortaleza/CE: estratificação funcional das instalações de esporte e lazer, práticas existentes e projetos sociais vinculados às coordenadorias específicas. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 12, e110037.
- Gomes, J. B. G.; Sarmento, P. J.; Mulatinho, C. A. (2014). *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 99-112, jun.
- Graminho, W. C.; Rocha, F. S. M.; Hilgemberg, L. P. B. (2024) Análise sobre o Perfil do Gestor Esportivo Brasileiro. *Caderno Intersaberes*, Curitiba, v. 13, n. 45, p. 128-140.
- IBGE (2025) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Canindé. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/caninde/historico>. Acesso em: 28 abril. 2025.
- IPECE (2017). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará: Panorama Socioeconômico das Regiões de Planejamento do Estado do Ceará, IPECE, 2017. 339 p.
- Joaquim, B. A.; Batista, P. M.; Carvalho, M. J. (2011). Revisão sistemática sobre o perfil de competências do gestor desportivo. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 255-279, jan./mar.
- Mazzei, L. C.; Rocco júnior, A. J. (2017). Um ensaio sobre a gestão do esporte: um momento para a sua afirmação no Brasil. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte*, v. 2, n. 1, p. 96- 109, maio.
- Nery, L.; Capinussú, J. (2012). Análise do perfil dos gestores esportivos de clubes da cidade de Juiz de Fora. *Revista Mineira de Educação Física*, Edição Especial (1), 1530-1541.
- Pires, G. M. V. D. S. (2005). *Gestão do desporto: desenvolvimento organizacional*. Porto: Apoged,
- Saloti M.G.S; Saloti F.L.S ; Medeiros. L. K (2024) Perfil sociodemográfico do gestor esportivo brasileiro no período entre 2012 e 2022: um estudo descritivo e analítico. *Rev Ed Física / J Phys Ed* (2024) 93, 3, 161-169.
- Santos, A. D. (2005). *Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais*. São Paulo: Editora Petrópolis.
- Valente, L. (2011). *O perfil do gestor desportivo: Um estudo nos centros de esporte e lazer da Prefeitura Municipal de Manaus*. Lisboa: Valente, L. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa
- Zanatta, T. C.; Freitas, D. M.; Carelli, F.G.; Costa, I. T. (2018). *O perfil do gestor esportivo brasileiro: revisão sistemática da literatura*. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 1,

Recebido em: 06/06/2025

Aceite em: 10/08/2025

Endereço para correspondência:

Basílio Fechine

rommel@ifce.edu.br



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0